

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,  
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia**

## **MATERNIDADES INTERROMPIDAS, NECROPOLÍTICA E SAÚDE MENTAL: MULHERES NEGRAS ENLUTADAS EM LUTA**

**MAGALI DA SILVA ALMEIDA<sup>1</sup>**

**THIAGO CORREIA SOUZA<sup>2</sup>**

**MILENA KELLY SILVA LIMA<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar o extermínio de jovens negros pela polícia militar e como esta ação impacta na saúde mental das suas mães, mulheres negras, trabalhadoras moradoras de periferia. Ancorado-nos nas formulações de intelectuais negros(os) identificadas(os) com o feminismo negro interseccional em diálogo com a necropolítica, articulando-a à saúde mental das mulheres negras.

**Palavras-chave:** maternidade negra; necropolítica; saúde mental; luto; luta.

### **ABSTRACT**

The aim of this paper is to analyze the extermination of young black men by the military police and how this action impacts on the mental health of their mothers, who are black women, workers and residents of the periphery. We draw on the formulations of black intellectuals identified with intersectional black feminism in dialogue with necropolitics, linking it to the mental health of black women.

**Keywords:** black motherhood; necropolitics; mental health; mourning; struggle.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia

<sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia

<sup>3</sup> Universidade Federal da Bahia

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, adotaremos como pressuposto metodológico a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental através da análise de fontes primárias de natureza jornalística. Foram acessadas três mídias digitais feministas negras de grande circulação e referência para a comunidade negra no Brasil, bem como para estudiosos do campo, a saber: Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Geledés - Instituto da Mulher Negra e Criola - Organização de Mulheres Negras. Estas organizações feministas negras foram escolhidas por apresentarem mídias contra hegemônicas e alternativas na defesa de direitos e pautas feministas, antirracistas, LGBTI+ e anticapitalistas.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução. Na segunda seção procuramos refletir sobre a relação entre micropolítica, sofrimento e saúde mental da mulher negra. Na terceira seção nos dedicamos a tecer considerações sobre os interditos à maternidade plena das mulheres negras historicamente no Brasil e, finalmente, na quarta seção, apresentar um panorama atual da condição dessas mulheres negras enlutadas em decorrência do extermínio dos(as) seus(as) filhos(as), sistematicamente naturalizado pelo racismo-sexismo-LGBTIPN+fobias e a transformação da dor e do luto, em formas de luta. Por fim as considerações finais.

## 2 NECROPOLÍTICA, SOFRIMENTO E SAÚDE MENTAL DAS MULHERES NEGRAS

Queremos neste breve artigo problematizar as particularidades do assassinato da juventude negra como continuidade do projeto de violência colonial na contemporaneidade, salvaguardando as particularidades no capitalismo. Com isso, delimitar a relação entre maternidade (interrompida) das mulheres negras pelo assassinato de seus(suas) filhos(as) através do aparato policial e saúde mental.

A análise histórica e materialista demonstra que o assassinato da juventude negra na forma que vislumbramos hoje, faz parte do mesmo projeto de dominação e controle do corpo da mulher negra no projeto colonial Moderno, no qual o capitalismo é inerente. A mulher negra escravizada é vítima da política do estupro sem o direito de cuidar de seu/sua filho(a), vendido como escravizado, e retirado de seus cuidados, ou colocado na Roda do Desvalidos quando sem condições de criá-lo(a). Na contemporaneidade, a mulher negra é o segmento mais afetado pela mortalidade materna, decorrente da violência obstétrica que as atinge e os nascituros igualmente.

As mulheres negras são 62% das vítimas de morte maternas no Brasil. As taxas de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mortalidade materna e as possibilidades de sua redução estão diretamente relacionadas ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde ofertados. Ou seja, a maioria das mortes podem ser evitadas através de política pública adequada. O que inclui a realização de sete ou mais consultas de pré-natal com realização de exames físicos e laboratoriais listados nos protocolos de assistência pré-natal e a disponibilização de Rede de Atenção à gestante capaz de prestar serviços de qualidade e sem discriminação em todo o país. No Brasil, apenas 55% das mulheres negras fizeram sete consultas de pré- -natal em 2012 e estão abaixo da média nacional que é de 62.4% (Werneck; Iraci, 2026, p. 21).

Passos (2021, p. 306) também aponta que são as mulheres negras que sofrem maior violência obstétrica e retirada compulsória dos seus bebês, isto porque o corpo negro feminino, é visto como “objeto produtor e reprodutor”, e por isso é tratado como fonte de criação dos corpos indesejáveis. É a mulher negra que gesta e dá à luz a jovens negros (as), encarados pela sociedade como “inimigos”. Nesse sentido, combater apenas esses (as) jovens não é o suficiente, é necessário combater a capacidade de reprodução das mulheres negras, para que seja inviabilizada a (re)produção de corpos abjetos do Estado, o corpo negro.

O debate em torno da micropolítica, como política de morte, atemporal e violenta, da simbiose racismo-sexismo e opressão de classe, resulta na morte negra, conforme concebido pelo historiador e teórico político camaronês Achille Mbembe (2018).

Achille Mbembe (2018) analisa o poder do Estado cunhando o conceito de micropolítica a partir da noção de biopoder de Foucault<sup>4</sup>. Afirmo o autor que o Estado é legitimado para estabelecer políticas de morte através do poder e soberania, que se expressam não apenas nos assassinatos, mas também nas condições de vida das pessoas negras. Para Mbembe (2018) o estado de sítio e o de exceção oferecem subsídios para os assassinatos frequentes, afirmando que “o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar” (p. 19). Numa sociedade onde a sensação é de guerra iminente não há regras, não existem limites, o que se busca é na eliminação imediata do inimigo, agravada pela crise do estado de exceção, onde a população “de bem” sente o medo de experimentar as péssimas condições em que a população negra e pobre é submetida.

Viver sob a ocupação tardo-moderna é experimentar uma condição permanente de “estar na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites desde o anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias; soldados urinando nas cercas, atirando nos tanques de água dos telhados só por diversão, repetindo slogans ofensivos, batendo nas portas

<sup>4</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**; tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

frágeis de lata para assustar as crianças, confiscando papéis ou despejando lixo no meio de um bairro residencial; guardas de fronteira chutando uma banca de legumes ou fechando fronteiras sem motivo algum; ossos quebrados; tiroteios e fatalidades – um certo tipo de loucura (Mbembe, 2018, p. 69)

Não obstante, essa condição permanente de “estar na dor” transforma a vida de pessoas negras em experiências profundas de sofrimento psíquico (Mbembe, 2018). O psiquiatra Franco Basaglia (1979) afirma que o sofrimento é algo inerente à condição humana, mas que aos que podem arcar com os custos, esse sofrimento pode ser expressado, e aos que não podem, o sofrimento da existência se transforma no sofrimento da sobrevivência (Passos, 2021).

O sofrimento psíquico, a desumanização e a micropolítica da população negra evidenciam as demandas que advêm de uma realidade inaceitável qual, a militância negra, sobretudo das mulheres negras, vem historicamente lutando, frente à qual as respostas do Estado permanecem insuficientes. Por ora, podemos inferir que diante dos indicadores que apresentamos a seguir, apresentados nos diversos relatórios ao longo dos anos, a ação do Estado, em diferentes contextos políticos e sociais, demonstram que há um projeto orquestrado operacionalizado pelo racismo em evidência no Brasil: o de exterminar a população negra. Dados da Rede de Observatórios da Segurança vinculada ao Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC), apontam no relatório “Pele alva: a cor que a polícia apaga” (2022), que a máquina do racismo em ação “produz” ao menos cinco mortes de pessoas negras por dia - sem contar as subnotificações. As mortes cotidianas e naturalizadas como demonstração de força e poder, escancara a predileção do racismo à brasileira- escandaloso e desfila orgulhosamente sua crueldade. “A polícia é o núcleo duro desse racismo que mata com tiro de bala (...)” (Ramos, *et al.*, 2022, p. 06).

No ano de 2021 nos 7 estados que compõe a rede do Observatório da Segurança - Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo - as mortes em ações policiais nesses estados evidenciam a distribuição racial das ocorrências, nas quais a leitura racial é reveladora dos dispositivos descritos: negros são 97,9% dos mortos na Bahia, 96,3% em Pernambuco, 92,3% no Ceará, 87,3% no Rio de Janeiro, 75% no Piauí e 68,8% em São Paulo. De acordo com o mesmo relatório, no Maranhão, a Secretaria de Segurança Pública impede a análise dos dados sobre letalidade policial ao não divulgar os dados do quesito raça/cor dos mortos (Ramos, *et al.*, 2022).

O Atlas da Violência do IPEA (2021) informa que a violência é a principal causa de morte dos jovens. Em 2019, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas da violência letal. Entre aqueles que possuíam de 20 a 24, foram 38



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

vítimas de homicídios a cada 100 óbitos e, entre aqueles de 25 a 29 anos, foram 31. Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. São 23.327 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país. Considerando-se a série histórica dos últimos onze anos (2009-2019), foram 333.330 jovens (15 a 29 anos) vítimas da violência letal no Brasil.

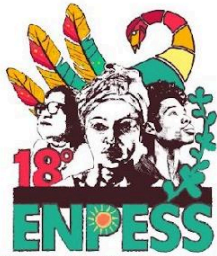
De acordo este relatório, podemos afirmar que milhares de jovens não tiveram chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem. O Atlas da Violência do IPEA (2021) aponta que no último ano, as Unidades Federativas (UFs) com as maiores taxas de mortalidade violenta juvenil foram Amapá, Bahia e Sergipe, enquanto, em 2018, as primeiras colocações foram ocupadas por Roraima, Rio Grande do Norte e Ceará.

Diante desta realidade afirmamos que o Estado e parte significativa da sociedade brasileira tem sido negligente e conivente com o extermínio da juventude negra, porque diante dos alarmantes índices de extermínio dessa população juvenil pela violência policial, não enfrentam as verdadeiras raízes da desigualdade.

### **3 MATERNIDADE INTERROMPIDA E SAÚDE MENTAL DAS MULHERES NEGRAS**

A maternidade foi sistematicamente negada à mulher negra desde o período colonial, pois quando confrontada com os valores acerca da feminilidade universal moderna, defendida pelo eurocentrismo, o racismo/sexismo a transforma em "máquina reprodutora" da força de trabalho escravizada, servindo de mãe-preta das crianças brancas nas casas-grandes e se desdobram em outros elementos, pois agora passaria a ser vista como "reprodutora promíscua e degenerada". No período pós-abolição, esses estigmas estruturados por imagens de controle, categoria histórica cunhada pela feminista negra estadunidense Patrícia Hill Collins (Jesus, 2022) nos informa que as imagens de controle têm um caráter político de manter a divisão racial e sexual do trabalho e essas imagens

se referem às ideias que são aplicadas às mulheres negras e que permitem que outras pessoas as enxerguem e as tratem de determinado jeito. Se as mulheres negras acreditam nessas imagens, elas internalizam esse comportamento e se portam de determinada forma. Ao longo da história, imagens de controle foram aplicadas às mulheres negras, por exemplo, a ideia de que elas são como mummies, mulheres destinadas a cuidar das pessoas e que gostam de servir outras pessoas; ou a ideia de que elas são sexualmente disponíveis, de que elas estariam "mamando nas tetas do Estado", a questão de ser uma welfare mother e que mulheres negras são destinadas exclusivamente para trabalhar. As imagens de controle mostram como ideias são centrais e como o poder e o controle funcionam (Jesus, 2022, p. 2).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No capitalismo a mulher negra também não é submetida ao Mito do Amor Materno<sup>5</sup> e a “divina função da maternagem”, como explica Rachel Gouveia Passos,

O corpo, a maternidade, o cuidado, o afeto, o amor e a família tudo isso é negado às mulheres negras por meio da violência que se materializa através dos diversos braços do Estado. Não estamos aqui defendendo o mito do amor materno ou uma certa essencialização do gênero feminino, mas problematizamos o lugar que as mulheres negras são condicionadas a ocuparem — a zona do não ser —, o que leva à desumanização e destina ao cuidado colonial (Passos, 2021, p. 301).

Como destacado por Passos (2021) o que está sendo levantado aqui não é uma defesa essencialista da maternidade, muito menos dos estereótipos ligados à mulher, o que defendemos é a humanidade da mulher negra, historicamente condicionada a uma zona de não pertencimento.

Luciane de Oliveira Rocha (2016) no artigo *De-matar: maternidade negra como ação política na “pátria mãe” (gentil?)* aborda como a culpabilização pelos atos dos(as) filhos(as) e familiares e o estigma ao termo “mãe de bandido”<sup>6</sup> acompanha as mães negras e periféricas e aparece frequentemente na forma como a mídia hegemônica alimenta o ódio racial da sociedade e reforça a imagem da mulher negra enquanto “produtora” do inimigo.

(...) a violência urbana tem se apresentado como a principal ameaça à maternidade negra devido à brutalidade policial e o fetiche do poder, a devoção alienada a uma autoridade imaginária e comando de necropolítica investindo em atividades criminosas que fundamentalmente aceleram o encontro de jovens com uma morte violenta (Rocha, 2016, p.185).

As balas não param nos corpos racializados das(os) jovens negras(os) brasileiras(os). Nilza Iraci e Jurema Werneck (2016) relatam como a violência afeta as pessoas sobreviventes, em sua maioria as mães das(os) jovens assassinadas(os). Mesmo após a perda violenta de suas(os) filhas(os) essas mães travam uma luta para preservar a dignidade destes, na expectativa de impedir uma “segunda morte”, a morte da memória. Essa violência as aprisiona num processo cruel de luto sem fim. Para Glens (2020, p. 16)

Quando não encontram na sociedade este tipo de reconhecimento, que assegura e legitima a memória da vítima, os familiares de mortos pelo aparato repressor do Estado sentem-se obrigados a carregar o fardo de

<sup>5</sup> Cf. BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

<sup>6</sup> Em 2007 durante entrevista para o portal G1 o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, através de uma fala explicitamente racista defendeu a legalização do aborto como forma de combater a violência do estado. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>>. acesso em 30 de julho de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

um luto que nunca se encerra. (...) Isso porque a manutenção deste sofrimento aparece-lhes como uma tentativa desesperada de evitar uma segunda morte: o assassinato simbólico daquele que, já sem direito à vida, teve, em seguida, o direito à memória solapado por uma sociedade autoritária. Como se coubesse a quem fica a triste missão de fazer de si a pena de um crime sem culpados e a lápide de um homicídio sem cadáver.

Essa dor se amplifica quando o assassinato é cometido pelo Estado através dos seus agentes repressores, pois é dever do Estado garantir a propriedade privada, ante promover a justiça e a segurança, como preconiza a Constituição. Contudo apenas 8% dos casos de assassinatos de jovens negros(as) são levados a julgamento (Iraci; Werneck, 2016, p. 19). Tal ato de revitimização<sup>7</sup> provoca a sensação de impotência e frustração diante do sistema de justiça, tornando difícil avançar no processo de superação da perda (Kamimura; Schilling, 2009) o que acarreta em sofrimento psíquico e físico.

Desse modo, é possível enxergar como a micropolítica do Estado destrói o direito à maternidade de mulheres negras ao criar a imagem do jovem-negro-inimigo e instrumentalizar de forma política, econômica, social a sua aniquilação. A partir da política de morte, a mulher negra é delegada ao sofrimento de ter suas(os) filhas(os) assassinadas(os), e por ser considerada como "fábrica de marginais"<sup>8</sup>, sua dor não é ouvida e suas reivindicações não são atendidas.

Ao serem localizadas na *zona do não ser*, as mulheres negras são desumanizadas, sendo destinado o cuidado colonial, o que significa que não se pode prover a subsistência e a existência, ou seja, criminaliza-se as necessidades e extermina-se os frutos dessa maternidade. Como consequência, ocorre a patologização e a medicalização do ser mulher negra como fenômeno crescente da sociedade contemporânea. Dessa forma, reatualiza-se o manicômio, promovendo no existir mulher negra a dor, o adocimento e a morte como único caminho (Passos, 2021, p. 307).

O que muitas dessas mulheres enfrentam é a impossibilidade de viver o luto. Kovács (1992) trabalha o luto enquanto uma reação a um rompimento irreversível de um vínculo afetivo significativo explicando como a não elaboração e expressão do luto afeta a vida das(os) sobreviventes. Para a autora, a forma como essas mortes ocorrem também afetam diretamente a vivência do luto

Mortes inesperadas são bastante complicadas, pela sua característica de

<sup>7</sup> Segundo a CRIMLAB, revitimização é o "fenômeno por meio do qual a vítima experimenta um sofrimento continuado e repetitivo, mesmo após cessada a violência originalmente sofrida". Disponível em: <<https://www.crimlab.com/dicionario-criminologico/revitimizacao/86>>. Acesso em 30 de julho de 2024.

<sup>8</sup> Cf: FREIRE, Aloisio. Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro. **G1**. Rio de Janeiro, 25 de out. de 2007. Disponível em <<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0..MUL155710-5601.00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>>. Acesso em: 30 de julho de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ruptura brusca, sem que pudesse haver nenhum preparo. A mutilação do corpo, costuma ser um fator agravante, acarretando freqüentemente revolta e desespero. Sabe-se que o estado em que fica o morto, pode ter fortes influências nas memórias e lembranças, que se têm dele. Em casos de morte repentina, quando não há informações de como ocorreu, pode haver dificuldades no processo de luto consciente (Kovács, 1992, p. 155).

Kovács (1992) destaca que a morte em contextos familiares e afetivos possui uma configuração em que aqueles que sobrevivem sentem uma morte própria. Ou seja, ao perder uma pessoa amada, uma parte de si morre junto, mesmo que tal morte não ocorra de forma concreta, ela ainda é experienciada de forma consciente por quem a sente.

Outras respostas para superação da dor, transcendendo ações medicalizantes, as mulheres negras buscam na insurgência e na luta coletiva contra a morte anunciada de seus(as) filhos (as), alternativas de manter a vida em movimento. Como afirma Spivak (2010) ao subalterno é negado o direito de falar e de contar a própria história. Essas mães, negras, trabalhadoras, moradoras de periferias, subalternas, vão lutar contra a lógica do silenciamento e denunciar a política de morte que se materializa no extermínio da juventude negra.

Assim, se faz necessário para estas mulheres narrar suas histórias de perda e dor e de vida silenciada após a morte de seus filhos. Verbalizar se torna emergente, é o instrumento da catarse que faz com que elas afastem a depressão, a morte simbólica ou física em decorrência da perda dos seus entes queridos (Andrade, 2019, p. 59).

O engajamento político dessas mulheres vai colocá-las nas trincheiras das lutas sociais pelo direito à vida, ocupando um espaço importante na mobilização social contra o racismo e a violência policial. Essa movimentação iniciada a partir de uma experiência violenta, tem como objetivo não só que o Estado se responsabilize e responda pelos crimes direcionados às suas filhas e filhos, mas também contar suas histórias e reencontrar um sentido para a vida.

#### **4 CAMINHO DE DOR QUE TRANSFORMA O LUTO EM LUTA: ECOANDO VOZES**

Nesta seção apresentaremos a análise do material jornalístico coletado nos sites: Criola Organização de Mulheres Negras<sup>9</sup>(<https://criola.org.br/>), Articulação de Mulheres Negras

---

<sup>9</sup> Criola- Organização de Mulheres Negras é uma organização da sociedade civil fundada em 1992 e conduzida por mulheres negras. Atua na defesa e promoção de direitos das mulheres, jovens e meninas negras em uma perspectiva integrada e transversal" (Werneck; Iraci, 2016).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Brasileiras (AMNB)<sup>10</sup>(<https://amn.org.br/>) e Geledés - Instituto da Mulher Negra<sup>11</sup> (<https://www.geledes.org.br/>). A escolha de tais fontes documentais se deu por serem organizações com uma longa trajetória na produção de conteúdo voltados à luta contra opressões e exploração, fortalecendo-se enquanto mídias alternativas e contra-hegemônicas.

O caminho foi buscar nesses *sites* matérias que trouxessem o discurso dessas mães enlutadas e analisar através das narrativas, o impacto causado pelo assassinato de seus (as) filhos (as) na saúde mental. Na área de busca foram pesquisadas as seguintes palavras chave: “mãe” e “assassinado”; “mãe” e “racismo”; “mãe” e “vítimas”; “mãe”. Todavia, devido ao baixo número de resultados, utilizamos apenas a palavra-chave: “mãe”. Foram selecionados os resultados que correspondiam à busca, sendo critério de inclusão a presença no discurso das mães relacionados à saúde mental. Não foi estabelecido recorte temporal para não comprometer ainda mais o número de resultados.

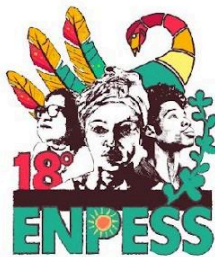
O *site* Criola- Organização de Mulheres Negras apresentou 2 resultados, mas nenhum deles correspondia ao critério de inclusão. A AMNB apresentou 2 resultados, entretanto, nenhum correspondeu ao critério de inclusão. O Geledés- Instituto da Mulher Negra apresentou 47 resultados, sendo 6 correspondentes ao critério de inclusão. Dentre os selecionados, estão 2 vídeos que também serão analisados. Os vídeos passaram por transcrição verbal, por meio do *site* *Voice Dictation* (<https://dictation.io/>), e posteriormente foram codificados. Os códigos estabelecidos foram: “luta e luto”, para representar a busca por justiça e a revitimização, e o sofrimento psíquico respectivamente.

**Tabela 1 - Resultados do levantamento no Geledés - Instituto da Mulher Negra**

	TÍTULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	LINK
1	Débora, do Mães de Maio, luta por memória: “Meu filho morreu por ser preto”	12 de maio de 2020	<a href="https://www.geledes.org.br/debora-do-maes-de-maio-luta-por-memoria-meu-filho-morreu-por-ser-preto/">https://www.geledes.org.br/debora-do-maes-de-maio-luta-por-memoria-meu-filho-morreu-por-ser-preto/</a>

<sup>10</sup> “A AMNB foi fundada em setembro de 2000 e é uma rede de organizações de mulheres negras, constituída atualmente por 27 organizações distribuídas por todas as Regiões do Brasil. A AMNB tem como missão institucional promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e à todas as formas de discriminação, a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil” (Werneck; Iraci, 2016).

<sup>11</sup> “Geledés Instituto da Mulher Negra foi fundado em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros, através de projetos nas áreas de direitos humanos, educação, saúde e comunicação” (Werneck; Iraci, 2016).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

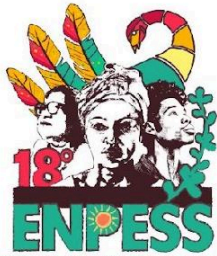
2	Relatos de mães que tiveram os filhos mortos pela polícia	15 de maio de 2017	<a href="https://www.geledes.org.br/relatos-de-maes-que-tiveram-os-filhos-mortos-pela-policia/">https://www.geledes.org.br/relatos-de-maes-que-tiveram-os-filhos-mortos-pela-policia/</a>
3	Mães de jovens mortos em Mogi das Cruzes contam como é passar o Natal sem os filhos (Vídeo - O Natal das mães mogianas)	26 dez. de 2016	<a href="https://www.geledes.org.br/maes-de-jovens-mortos-em-mogi-das-cruzes-contam-como-e-passar-o-natal-sem-os-filhos/">https://www.geledes.org.br/maes-de-jovens-mortos-em-mogi-das-cruzes-contam-como-e-passar-o-natal-sem-os-filhos/</a>
4	Mãe morre de tristeza após assassinato do filho por policiais no Rio de Janeiro	11 de jul. de 2016	<a href="https://www.geledes.org.br/mae-morre-de-tristeza-apos-assassinato-do-filho-por-policiais-no-rio-de-janeiro/">https://www.geledes.org.br/mae-morre-de-tristeza-apos-assassinato-do-filho-por-policiais-no-rio-de-janeiro/</a>
5	Mães que perderam filhos relatam efeitos psicológicos da violência policial (Vídeo - MÃES/MOTHERS: efeitos psicológicos da violência policial nas famílias)	06 de nov. de 2013	<a href="https://www.geledes.org.br/maes-que-perderam-filhos-relatam-efeitos-psicologicos-da-violencia-policial/">https://www.geledes.org.br/maes-que-perderam-filhos-relatam-efeitos-psicologicos-da-violencia-policial/</a>
6	Tragédia une mães de jovens mortos por policiais	09 de set. de 2014	<a href="https://www.geledes.org.br/tragedia-une-maes-de-jovens-mortos-por-policiais/">https://www.geledes.org.br/tragedia-une-maes-de-jovens-mortos-por-policiais/</a>

Fonte: Dados retirados do trabalho de conclusão de curso intitulado: Maternidades interrompidas: impacto do assassinato de jovens negros(as) na saúde mental de mães negras e periféricas defendido em 2021<sup>12</sup>.

Na matéria 1 - **Débora, do Mães de Maio, luta por memória: “Meu filho morreu por ser preto”**, Débora Silva, precursora do Movimento Mães de Maio, relata como o assassinato do seu filho, Edson Rogério Silva dos Santos, impactou na sua saúde física e mental. Edson foi uma das vítimas dos Crimes de Maio de 2006, quando grupos de extermínio em resposta a ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) assassinaram mais de 500 pessoas no mês de maio do ano de 2006. Débora, assim como outras mães, relaciona ao enfrentamento político e à luta coletiva a possibilidade de enfrentar a dor e devolver sentido à sua vida.

*Fui me deprimindo, não comia, só chorava e fumava. Cheguei a pesar 35 quilos. Um*

<sup>12</sup> LIMA, Milena Kelly Silva. **Maternidades interrompidas**: impacto do assassinato de jovens negros(as) na saúde mental de mães negras e periféricas. Orientadora: Dr<sup>a</sup> Magali da Silva Almeida. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

*dia, no hospital, eu tive uma visão do Rogério. Ele chegou na minha cama, me sacudiu e disse: Levanta daí, você é minha guerreira. Não quero a senhora aqui. Quando acordei, não quis mais me deitar. Eu era uma dona de casa e tinha uma missão. O Mães de Maio ultrapassou fronteiras porque lutamos pela memória dos nossos filhos. Porque o Rogério recebeu uma pena de morte ali no posto — quando ele disse que era um gari. Um invisível. Ele era negro e, por isso, foi sentenciado. Eu era pacata, não sabia falar direito. A única coisa que sabia fazer era cuidar dos meus filhos. Só que tive que virar investigadora, educadora popular, pesquisadora, por estar na frente do Mães de Maio. (Débora Silva, Geledés, 2020)*

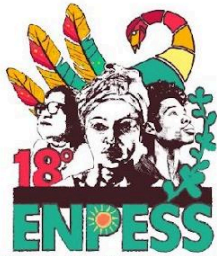
No relato de Tatiana Lina (**matéria 2 - Relatos de mães que tiveram os filhos mortos pela polícia**) destaca-se a sensação que o assassinato do filho deixou: ausência de vida. O desabafo de estar “morta em vida” é recorrente entre as mães que perderam seus filhos de forma tão violenta e abrupta. Para elas “não há vida após a morte”.

*Meu filho não tinha passagem pela polícia. E mesmo se tivesse. Eu estaria da mesma forma aqui contando para você essa história. Eu não tenho medo, eu não tenho vergonha de aparecer. Porque eu já morri, sabe? No dia que meu filho nasceu, eu nasci. **No dia que ele morreu, eu morri também.** O Peterson era um rapaz comum, trabalhava, estudava, gostava de sair, de se divertir com os amigos. Naquela noite eu ainda falei para ele ‘filho, não demora que a mãe fica preocupada’. Aí ele falou assim: ‘mãe, relaxa que eu não faço mal pra ninguém’. Depois disso eu só fui ver meu filho morto. (Tatiana Lina, Geledés, 2017. Grifo nosso)*

Em alguns casos, essa morte ultrapassa o sentido simbólico e se concretiza no corpo físico. Foi o caso de Joselita de Souza (**matéria 4 - Mãe morre de tristeza após assassinato do filho por policiais no Rio de Janeiro**), mãe do menino Roberto Souza, uma das vítimas da Chacina do Costa Barros, onde 5 meninos negros foram alvejados com 111 tiros por policiais militares. Joselita de Souza *morreu de tristeza*, apontam os familiares. Ela desenvolveu pneumonia e anemia, não se alimentava bem e já não conseguia acompanhar as audiências sobre o caso. Segundo a matéria, seu quadro depressivo piorou após ficar sabendo que a justiça concedeu *habeas corpus* a três policiais envolvidos nos assassinatos. Joselita chegou a receber auxílio psicológico do Estado, mas não resistiu. Elizete Maria Menegat, Marco José de Oliveira Duarte e Vanessa de Fátima Ferreira (2020, p. 107) no artigo *Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura* explicam que

Casos como esse são mais frequentes do que as notícias se propõem a divulgar. A depressão define o corpo e a mente; contudo, em situação de violência, com fator de estresse muito potente e com as marcas sociais da pobreza, esse quadro é ainda mais agravado, o que em muito determina socialmente os transtornos mentais causados, indelevelmente, pelo sofrimento social. Nisso o racismo se inclui como determinante estruturante e marcador social de diferença nas relações sociais.

A medicalização do luto também está presente no relato das mães, como alternativa apresentada pelos dispositivos de saúde mental para lidar com a dor da perda. Maria de Fátima



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

(**matéria 6 - Tragédia une mães de jovens mortos por policiais**), mãe de Hugo Leonardo Santos Silva, conta que fez uso de muitos medicamentos e que essa situação a transformou

*Eu tomei muito remédio para dormir, para os nervos. **Nunca mais fui a mesma pessoa.** Às vezes estou ali cozinhando e ouvindo uma música e começo a chorar. É saudade (Maria de Fátima, Geledés, 2014. Grifo nosso)*

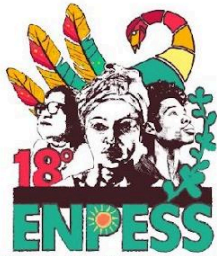
Lana Veras (2015) no artigo *A medicalização do luto e a mercantilização da morte na sociedade contemporânea* aborda como a sociedade capitalista transforma a medicalização em solução para o sofrimento e, assim como tudo, a vende. Essa é a resposta que o capitalismo oferece às mazelas criadas e/ou aprofundadas por ele. Rachel Gouveia Passos (2020, p. 73) afirma que “quando ele [o sofrimento] aparece em cena no campo da saúde mental é altamente medicalizado, psiquiatrizado e patologizado”.

Ana Paula Gomes Oliveira (**matéria 6 - Tragédia une mães de jovens mortos por policiais**), mãe de Johnatha de Oliveira Lima, assassinado por um policial militar da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) de Manguinhos, Rio de Janeiro, também aponta como perder seu filho fez com que ela e seus familiares também a perdessem.

*É muito injusto. É muito triste. Até quando vai ser assim? Eles me tiraram um pedaço. Dói tanto, tanto, que só mesmo outra mãe pode entender. Eu perdi esse pedacinho de mim, mas meu marido e minha filha também me perderam, porque **eu nunca mais vou ser a mesma pessoa que eu era.** (Ana Paula, Geledés, 2014. Grifo nosso)*

Passos (2020) vai explicar no texto *“Crimes da paz”: as expressões do racismo na saúde mental da população negra*, a partir das obras de Frantz Fanon, o impacto do colonialismo e sua expressão na saúde mental de pessoas negras. “É essa concepção do ser e do não ser que possibilita a compreensão do processo de adoecimento da população negra e do adoecimento psíquico” (2020, p. 76). Nos discursos dessas mães, que transbordam dor, fica explícito o quanto a cruel política de morte incide sobre a saúde mental delas. Assim, assinalam Duarte; Menegat; Ferreira (2020, p. 108)

Assim, analisar as marcas do racismo como determinante social do sofrimento mental é colocar, na cena do debate, as questões que se relacionam, se interseccionam e se articulam, principalmente porque o que está sendo demandado pela população negra é a proteção e a atenção às vidas por parte do Estado. O mesmo Estado que, contraditoriamente, de forma aparente, sustenta um discurso oficial de proteção social a esses sujeitos, na medida em que se tem um leque de normativas legais e jurídicas em diversos âmbitos setoriais. Ou seja, no seu sentido formal, apesar das conquistas protagonizadas pelo movimento negro nos últimos anos, essas medidas legais se mostram frágeis, precárias e, particularmente, ameaçadas na sustentação política e econômica de suas políticas públicas voltadas para essa população.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O vídeo **MÃES/MOTHERS - efeitos psicológicos da violência policial nas famílias** (2012) traz fortes relatos de mulheres, em sua maioria mães, que descrevem o estado de sofrimento psíquico relacionado à perda das(os) suas(os) filhas(os) assassinadas(os) pela polícia militar. O vídeo consiste numa conversa introdutória conduzida por um entrevistador que, posteriormente, seguirá acompanhando-as. Em decorrência disso, as identidades dessas mulheres foram preservadas no vídeo. Ao transcrever o conteúdo verbal do vídeo, identifiquei-as apenas enquanto “mães”, categoria carregada de significados construídos socialmente que à estas mulheres são vetadas.

O luto, o sofrimento e a dor é perceptível quando a “*mãe 1*” descreve como o assassinato do filho atingiu toda a família, fragilizando os vínculos.

*Acabou com a família, meu marido eu não consigo ter diálogo nenhum com ele, a não ser brigar. Ele abre a boca e eu já estou gritando, então ele se põe na concha. Eu fui ao contrário, corri para o médico, psicólogo, psiquiatra, fui me chapando de remédio. Ele não, ele foi para bebida. Então quer dizer... viu a família? ficou uma "gracinha". E assim a gente tá vivendo. Eu tô vivendo. A vontade é por uma mochila nas costas e sair andando no mundo. (Mãe 1, Geledés, 2013)*

A “*mãe 2*” traz novamente a medicalização do luto como alternativa oferecida para lidar com a dor. No seu relato, ela critica a política de morte estatal e a desassistência do Estado com as mães e familiares das vítimas.

*Em 5 de maio de 2011 foram todos fuzilados, só sobrou minha neta dentro do carro, que ela se escondeu embaixo do carro (...) desde ali eu tô lutando, porque sobrou mais 3 para "mim" criar. E lutando cada dia aí pra ver se acaba com isso, cada dia que a gente liga a televisão ou a gente olha do lado de fora da janela a gente tá vendo as mesmas coisas que aconteceu com os filhos da gente. E o governo não faz nada, acha que tá bonito, tá bom para eles, não é o filho deles, né!? Eles infelizmente vem até nós pedir votos, mostrar a boca que tá "cheia de dente", coloca a polícia na rua com nosso dinheiro para matar os filhos da gente. E não deixam nenhuma substância para tu ter uma inteligência de como vai conviver com aquilo no dia a dia. Eu desequilibrei, a minha mente desequilibrou, porque meu filho era o pedestal. Hoje eu não sei como viver, hoje eu não sei como viver. Procurei o NAPS (Núcleo de Apoio Psicossocial), me enchem de remédio. Também não se preocupa se meu organismo aguenta tanto remédio..., mas é tão fácil, sabe? Tu procura polícia, a polícia nunca investiga polícia, foi o próprio delegado que falou isso para mim. Eu mesma levei a bala que passou no corpo do meu filho, da minha neta, da minha nora, até o delegado. Uma perícia que não chegou a lugar nenhum. Procuro o promotor, e o promotor mostra que tem fotos e tal, sempre procurando provas. Não precisa de provas tem no atestado de óbito constando que meu filho tomou um montão de tiros. Eu não tenho que pedir ajuda para o governo, o governo que tem que me dar ajuda, porque ele não matou só meu filho e minha nora ele matou a família inteira. (Mãe 2, Geledés, 2014)*

No processo de serem obrigadas a assumir a investigação do caso de assassinato de suas(os) próprias(os) filhas(os), lidando com o descaso expressado no sucateamento e na ausência de políticas públicas que consigam assegurar apoio psicológico gratuito e de qualidade



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

não orientado para a lógica medicalizante, fica explícito a constante revitimização na vida dessas mulheres. A revitimização por parte do Estado possui uma simbologia muito maior, já que o Estado legitima essas mortes no contexto social, amplificando a dor dessas mães através do julgamento da sociedade.

*O que eu sinto é isso, não é ninguém na cadeia é que o Estado reconhecer o erro... (...) que eles reconheçam, a retração do Estado, entendeu? Por que meu filho não vai voltar, eu vou falar um absurdo aqui: se eles não mataram meu filho, me coloca ele na minha frente e traz ele de volta. É um absurdo isso, eu sei que é um absurdo, entendeu? Eles mataram, tem nome a pessoa que matou e ele tá impune, trabalhando, ele tá nas ruas. Precisamos que a morte, eu preciso que a morte valha a pena, porque não posso ter criado meu filho e o estado que deveria proteger meu filho, matarem ele sentado. E quando você chega no hospital, você pega documento a chave da moto do meu filho no pescoço, às 7:30 da manhã, meu filho barbeado tomado banho... um cidadão, 7:30 da manhã. **O que eu preciso é que valha a pena, que a morte dele valha alguma coisa.** (Mãe 3, Geledés, 2014. Grifo nosso)*

Como aponta Mathias Glens (2020) a reparação total do dano causado é impossível, já que isso implicaria em desfazer os crimes cometidos, mas o direito à verdade, a retratação pública e o respeito à memória e dignidade são fundamentais para que essas mães passem pelo processo do luto. “Esta é talvez a medida mais importante que o Estado deve oferecer, já que identificamos que um trauma público requer uma reparação igualmente pública” (Glens, 2020, p. 22).

No vídeo **Natal das mães mogianas** (2016), os relatos de dor se repetem:

*O Natal acabou já. Natal já acabou desde 2015, né!? Ano novo... Que novidade que eu vou esperar? **A única coisa que motiva hoje a viver um dia de cada vez é a busca por justiça**, porque não tem mais a... é... quando a gente perde um filho a gente perde, assim, 90% da vida. (Mãe 4, Geledés, 2016. Grifo nosso)*

Apesar da dor, é a busca por justiça e a resistência frente a política de morte que colocam essas mulheres novamente em movimento.

*A gente “somos” impotente, nós somos mães, nós “demo” a vida. Tiraram a vida dos nossos filhos e a gente fica assim [**gesto de mãos atadas**], e a gente vai vendo, vai pulando, vai pulando, vai batendo de porta em porta e o descaso é total. Porque que se tem a pena de morte decretada no Brasil, periférica, de negros e acabou! E não tem agora se conformar que vem desde o tempo de Cabral desde o tempo da Revolução Francesa, isso é história de... é de outro tempo, mas nós estamos vivendo em outro século. Isso tem que acabar, entendeu? E a gente não é... Eles vão acabar colocando mais medo, não é ter medo. **Eles jamais vão viver alimentados do meu medo.** (Mãe 5, Geledés, 2013. Grifo nosso)*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos que talvez um dos maiores desafios esteja em compreender que não estamos tratando de um objeto-tema-problema, mas de: famílias e indivíduos que são vítimas da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

violência estatal, urbana e social, no qual, tem sido tema-demanda e reivindicações do Movimento de Mulheres Negras no Brasil e a agenda política dos direitos humanos e do movimento de negritude diaspórico (Reis, 2014).

Dito isto, a realidade demonstra que é perigoso ser um/a jovem negro/a no Brasil, uma vez que, os crescentes índices de mortalidade de jovens negros/as que “tombam nos guetos” das grandes cidades brasileiras apontam que há “pele alva e pele alva” movido por uma série histórica em escalada de morte da população negra reeditada pelo racismo. Às mães negras periféricas enlutadas diante da desproteção e vulnerabilidades desta experiência só lhes resta enfrentar o silenciamento dessas dores, essa pulsão de vida é um passo necessário para romper com o projeto de dominação e extermínio da população negra que se expressa nas diferentes faces aqui apresentadas. Ao identificar como essas mulheres, mães, negras, periféricas transformam o luto em luta e trazem isso de forma contundente em suas falas, percebemos a crueldade do poder da necropolítica e suas implicações na saúde mental dessas mães, mas também percebemos a força da organização e da luta histórica das mulheres negras. A luta coletiva traz para essas mães a força necessária para continuarem resistindo às múltiplas opressões que atravessam a vivência das mulheres negras.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Josemeire Ferreira. **Do luto à luta**: análise das narrativas de mulheres negras sobre a violência policial [dissertação]. Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BASAGLIA, Franco. **A psiquiatria alternativa**: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1979

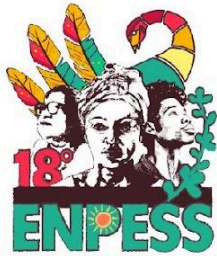
FREIRE, Aloisio. Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro. **G1**. Rio de Janeiro, 25 de out. de 2007. Disponível em <<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0..MUL155710-5601.00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>>.

Acesso em: 08 de jun de 2023

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**; tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

GERALDO, Natália. Débora, do Mães de Maio, luta por memória: “Meu filho morreu por ser preto”. **Geledés**, 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/debora-do-maes-de-maio-luta-por-memoria-meu-filho-morreu-por-ser-preto/>>. Acesso em 19 de jun de 2023.

GLENS, Mathias Vaiano. **A impossibilidade do luto em famílias cujos filhos foram mortos pela polícia**. 2020. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

<<http://www.crpsp.org.br/marcusvinicius/artigos/A%20IMPOSSIBILIDADE%20DO%20LUTO%20EM%20FAM%C3%8DLIAS%20CUOS%20FILHOS%20FORAM%20MORTOS%20PELA%20POLICIA.pdf>>. Acesso em 19 de jun de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP (Org.). **Atlas da violência - retrato dos municípios brasileiros 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros-2019>>. Acesso em 19 de jun de 2023.

JESUS, Lavínia. **Imagens de controle, racismo, sexismo e pobreza: autodefinição, luta e resistência de mulheres negras**, 2022. Disponível em: <[https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2976/3/2022\\_arti\\_laviniajesus.pdf](https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2976/3/2022_arti_laviniajesus.pdf)> Acesso em 19 de jun de 2023.

KAMIMURA, Akemi; SCHILLING, Flávia. Direitos humanos e vítimas de violência: experiências e dilemas do atendimento. São Paulo: **Perspectivas**, v. 36, p-41-71, jul./dez., 2009.

KOVÁCS, Maria Júlia. Morte, separação, perdas e o processo de luto. In: KOVÁCS, Maria Júlia (Org.). **Morte e desenvolvimento Humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LIMA, Milena Kelly Silva. **Maternidades interrompidas: impacto do assassinato de jovens negros(as) na saúde mental de mães negras e periféricas**. Orientadora: Dr<sup>a</sup> Magali da Silva Almeida. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021.

MADEIRA, Zelma de Araújo. Mães de santo nos terreiros de umbanda de Fortaleza/CE: aspectos socioculturais da maternidade. EURICO, Márcia Campos et al (Orgs) In **Questão racial, serviço social e os desafios contemporâneos**. Campinas: Papel Social, p. 197-211, 2021.

Mãe morre de tristeza após assassinato do filho por policiais no Rio de Janeiro. **Geledés**, 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mae-morre-de-tristeza-apos-assassinato-do-filho-por-policiais-no-rio-de-janeiro/>> Acesso em 19 de jun de 2023.

Mães que perderam filhos relatam efeitos psicológicos da violência policial. **Geledés**, 2013. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/maes-que-perderam-filhos-relatam-efeitos-psicologicos-da-violencia-policial/>> Acesso em: 19 de jun de 2023.

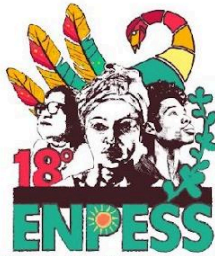
MARTINS, Fernando; DALAPOLA, Kaique. Mães de jovens mortos em Mogi das Cruzes contam como é passar o Natal sem os filhos. **Geledés**, 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/maes-de-jovens-mortos-em-mogi-das-cruzes-contam-como-e-passar-o-natal-sem-os-filhos/>>. Acesso em 19 de jun de 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

MENEGAT, Elizete Maria; DUARTE, Marco José de Oliveira; FERREIRA, Vanessa de Fátima. Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura. Rio de Janeiro: **Em Pauta**. n. 45, v. 18, p. 100 - 115, 2020.

PASSOS, Rachel Gouveia. "Crimes da paz": as expressões do racismo na saúde mental da





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

população negra. In **Direitos humanos, saúde mental e racismo**: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon. Organizadoras: Patrícia Carlos Magno, Rachel Gouveia Passos. – Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020

PASSOS, Rachel Gouveia. “O lixo vai falar, e numa boa!”. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 301-309, maio/ago. 2021

PINHEIRO, Rosana. Relatos de mães que tiveram os filhos mortos pela polícia. **Geledés**, 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/relatos-de-maes-que-tiveram-os-filhos-mortos-pela-policia/>>. Acesso em 19 de jun de 2023.

PUFF, Jefferson. Tragédia une mães de jovens mortos por policiais. **Geledés**, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tragedia-une-maes-de-jovens-mortos-por-policiais/>>. Acesso em 19 de jun de 2023.

RAMOS, Silvia et al. **Pele alvo**: a cor que a polícia apaga. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022. Disponível em: <<https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Pele-alvo-2.pdf>>. Acesso em 19 de jun de 2023.

REIS, Vilma. Mulheres negras, criminalizadas pelas mídias, violadas pelo Estado. **Ponte**, 2014. Disponível em: <<https://ponte.org/mulheres-negras-criminalizadas-pelas-midias-violadas-pelo-estado/>>. Acesso em: 19 de jun de 2023.

ROCHA, Luciane. De-matar: maternidade negra como ação política na pátria mãe (gentil?). PINHO, Osmundo; VARGAS, João Costa . (Orgs). In Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira. Cruz das Almas: EDUFERS: Belo Horizonte: fino traço, 2016

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; FEITOSA, Marcos Pereira; PEREIRA, André. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010

VERAS, Lana. A medicalização do luto e a mercantilização da morte na sociedade contemporânea. **Fenomenologia E Psicologia**, v. 3, n. 1, p. 29-44, 2015. WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza (Coord.). **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil**: violências e violações. São Paulo: Geledés - Instituto da Mulher Negra; Criola - Organização de Mulheres Negras, 2016.